

## **AJUSTE DIRETO**

**ESTUDO DE REABILITAÇÃO DOS SISTEMAS DE DESODORIZAÇÃO DAS  
FÁBRICAS DE ÁGUA DE ALVERCA, CHARNECA E VILA FRANCA DE XIRA**

**TA\_24\_172\_AD\_S\_065\_DGA**

**CADERNO DE ENCARGOS**

**DEZEMBRO, 2024**

---

## CAPÍTULO I

### DISPOSIÇÕES GERAIS

#### Cláusula 1.<sup>a</sup>

##### Objeto

O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar que tem por objeto principal a “**Estudo de Reabilitação dos Sistemas de Desodorização das Fábricas de Água de Alverca, Charneca e Vila Franca de Xira**” nos termos e conforme as especificações técnicas constantes do **Anexo I** ao presente Caderno de Encargos, que dele faz parte integrante.

#### Cláusula 2.<sup>a</sup>

##### Contrato

- I. O contrato integra os seguintes elementos:
  - a) Os suprimientos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelo concorrente e expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 50.º do Código dos Contratos Públicos (“CCP”);
  - b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao Caderno de Encargos;
  - c) O presente Caderno de Encargos e o seu Anexo I;
  - d) A proposta adjudicada;
  - e) Os esclarecimentos sobre a proposta prestados pelo Convidado;
  - f) O clausulado contratual e respetivos anexos.
2. Sem prejuízo do disposto no número seguinte, em caso de divergência entre os vários documentos que integram o contrato, a prevalência é determinada pela ordem por que vêm enunciados no número anterior.
3. Os ajustamentos propostos pela Tejo Atlântico, nos termos previstos no artigo 99.º do CCP e aceites pelo Convidado, nos termos previstos no artigo 101.º do mesmo código, prevalecem sobre todos os documentos previstos no n.º I da presente cláusula.

---

### Cláusula 3.<sup>a</sup>

#### Prazo contratual

1. O contrato inicia-se no dia útil seguinte ao da sua outorga, o qual terá lugar mediante recurso a assinatura digital, e considerar-se-á outorgado na última data de aposição de assinatura, mantendo-se em vigor pelo prazo de 7 (sete) meses, não renovável, sem prejuízo das obrigações acessórias que perdurem para além da cessação do contrato.
2. Sem prejuízo do estabelecido no número anterior, tendo o Prestador de Serviços mais de um representante e outorgando o contrato em parte com assinatura(s) digital(is) e em parte com assinatura(s) autógrafa(s), considerar-se-á por si outorgado na data da última assinatura digital.
3. Caso o Prestador de Serviços outorgue apenas com assinatura(s) autógrafa(s), considerar-se-á por si outorgado na data que tenha sido aposta conjuntamente com a(s) assinatura(s).

## CAPÍTULO II

### OBRIGAÇÕES DAS PARTES

#### SECÇÃO I

#### OBRIGAÇÕES DO PRESTADOR DE SERVIÇOS

### Cláusula 4.<sup>a</sup>

#### Obrigações principais do Prestador de serviços

- I. Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no presente Caderno de Encargos e no seu **Anexo I**, que dele faz parte integrante, constituem obrigações principais do Prestador de Serviços, as seguintes:
  - a) Participar na reunião de arranque, a realizar entre a Tejo Atlântico e o prestador de serviços, no prazo I (uma) semana, após a data de entrada em vigor do contrato;
  - b) Executar todos os trabalhos previstos na prestação de serviços, em conformidade com as especificações técnicas definidas no **Anexo I** ao presente caderno de encargos e nas condições de prazo e preço contratados;
  - c) Prestar os serviços objeto do contrato em perfeitas condições de os equipamentos a que dizem respeito serem aproveitados para os fins a que se destinam e dotados de todo o material de apoio necessário ao seu funcionamento e segurança dos utilizadores;
  - d) Manter os locais no estado de limpeza em que os encontrou, após o fim dos trabalhos;
  - e) Permitir que a Tejo Atlântico acompanhe o desenvolvimento da execução dos serviços;
  - f) Prestar, atempadamente, todas as informações relativas à execução dos serviços que lhe

- sejam solicitadas pela Tejo Atlântico;
- g) Sujeitar-se à ação fiscalizadora da Tejo Atlântico;
  - h) Substituir, no prazo de 24h, o pessoal que a Tejo Atlântico entenda, pelo seu comportamento, não dever manter-se;
  - i) Prestar, de forma correta, atempada e fidedigna, as informações referentes às condições em que são prestados os serviços, bem como todos os esclarecimentos que se justifiquem, ou que a Tejo Atlântico considere necessários;
  - j) Cumprir o disposto no artigo 419.º-A, aplicável por remissão do n.º 2 do artigo 451.º, ambos do CCP, disponibilizando à Tejo Atlântico, sempre que lhe seja solicitado, os respetivos documentos comprovativos.
  - k) Assumir a responsabilidade por todos e quaisquer danos e prejuízos causados à Tejo Atlântico e a terceiros, que resultem das suas atividades, exercidas no âmbito do contrato a celebrar, competindo-lhe proceder às reparações necessárias com o devido acompanhamento da Tejo Atlântico, ou a indemnizar quando se trate de danos ou prejuízos em que uma reparação não possa ter lugar (intangíveis);
  - l) Comunicar à Tejo Atlântico todos os incidentes ou acidentes suscetíveis de envolver a sua responsabilidade, no prazo de 24 (*vinte e quatro*) horas a contar da sua ocorrência;
  - m) Cumprir e fazer cumprir as disposições constantes no Manual de Fornecedores da Tejo Atlântico, disponível no sítio eletrónico [https://www.aguasdotejoatlantico.adp.pt/sites/aguasdotejoatlantico.adp.pt/files/paginas\\_base/pdfs/Regulamentos/2018.07.03\\_manual\\_de\\_fornecedores\\_adta.pdf](https://www.aguasdotejoatlantico.adp.pt/sites/aguasdotejoatlantico.adp.pt/files/paginas_base/pdfs/Regulamentos/2018.07.03_manual_de_fornecedores_adta.pdf).
2. A título acessório, o Prestador de Serviços fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à prestação do serviço, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das tarefas a seu cargo.

## Cláusula 5.ª

### Fases de execução do contrato

Os serviços objeto do contrato compreendem as seguintes fases de execução:

- a) **Fase 1** – Executar o estudo da alínea a) do ponto II do **Anexo I** do presente caderno de encargos;
- b) **Fase 2** – Executar o estudo da alínea b) do ponto II do **Anexo I** do presente caderno de encargos;
- c) **Fase 3** – Executar o estudo da alínea c) do ponto II do **Anexo I** do presente caderno de encargos.

---

## Cláusula 6.<sup>a</sup>

### Prazo da Execução dos Serviços

- I. O Prestador de Serviços obriga-se a concluir a execução do serviço, com todos os elementos referidos no **Anexo I** ao presente Caderno de Encargos, no prazo definido na cláusula 3.<sup>a</sup>, de acordo com as seguintes fases:
  - a) **Fase 1** – Prazo de 4 (*quatro*) meses, terminando com a entrega do relatório final mencionado no subponto iii) da alínea a) do ponto II do **Anexo I**;
  - b) **Fase 2** – Prazo de 2 (*dois*) meses, terminando com a entrega do relatório final mencionado no subponto ii) da alínea b) do ponto II do **Anexo I**;
  - c) **Fase 3** – Prazo de 1 (*um*) mês, terminando com a entrega do relatório final mencionado no subponto i) da alínea c) do ponto II do **Anexo I**.
2. Os prazos referidos no número anterior não incluem os períodos de aprovação de cada uma das fases dos trabalhos.
3. A ordem da execução das fases referidas no n.º I será definida na reunião de arranque mencionada na alínea a) do n.º I da cláusula 4.<sup>a</sup> do presente caderno de encargos.

## Cláusula 7.<sup>a</sup>

### Receção dos elementos a produzir ao abrigo do contrato

1. No prazo de 20 (*vinte*) dias, a contar da entrega dos elementos referentes à execução do contrato (Fase 1, 2 e 3), a Tejo Atlântico procede à respetiva análise, com vista a verificar se os mesmos reúnem as especificações técnicas definidas no **Anexo I** ao presente Caderno de Encargos e na proposta adjudicada, bem como outros requisitos exigidos por lei.
2. Na análise a que se refere o número anterior, o Prestador de Serviços deve prestar à Tejo Atlântico, toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários.
3. No caso de a análise a que se refere o n.º I não comprovar a conformidade dos elementos entregues com as exigências legais, ou no caso de existirem discrepâncias com as especificações técnicas definidas no **Anexo I** ao presente Caderno de Encargos, a Tejo Atlântico deve informar, por escrito, o Prestador de Serviços.
4. No caso previsto no número anterior, o Prestador de Serviços deve proceder, à sua custa e no prazo razoável que for determinado pela Tejo Atlântico, às alterações e complementos necessários para garantir o cumprimento das exigências legais e das especificações técnicas exigidas.

5. Após a realização das alterações e complementos necessários, a Tejo Atlântico procede a nova análise, nos termos do n.º I.
6. Caso a análise a que se referem os números anteriores comprove a conformidade dos elementos entregues pelo Prestador de Serviços com as exigências legais, e neles não sejam detetadas quaisquer discrepâncias com as especificações técnicas definidas no **Anexo I** ao presente Caderno de Encargos, a Tejo Atlântico considera aceite a documentação, dando conhecimento ao prestador de serviços.

#### **Cláusula 8.ª**

##### **Transferência da propriedade**

Com a aceitação da documentação, a que se refere o n.º 7 da cláusula anterior, ocorre a transferência da posse e da propriedade dos elementos a desenvolver ao abrigo do contrato para a Tejo Atlântico.

#### **Cláusula 9.ª**

##### **Conformidade e garantia técnica**

O Prestador de Serviços fica sujeito, com as devidas adaptações e no que se refere aos elementos entregues à Tejo Atlântico em execução do contrato, às exigências legais, obrigações do Prestador de Serviços e prazos respetivos aplicáveis aos contratos de aquisição de bens móveis, nos termos do CCP e demais legislação aplicável.

#### **Cláusula 10.ª**

##### **Dever de sigilo**

1. O Prestador de Serviços obriga-se a não divulgar quaisquer informações e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa à Tejo Atlântico, de que venha a ter conhecimento ao abrigo ou em relação com a execução do contrato.
2. O Prestador de Serviços obriga-se também a não utilizar as informações obtidas para fins alheios à execução do contrato.
3. O Prestador de Serviços obriga-se a remover e destruir no termo final do prazo contratual todo e qualquer registo, em papel ou eletrónico, que contenha dados ou informações referentes ou obtidas na execução do contrato e que a Tejo Atlântico lhe indique para esse efeito.

4. O dever de sigilo mantém-se em vigor até ao termo do prazo de 5 (*cinco*) anos após a extinção das obrigações decorrentes do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

## **Cláusula 11.ª**

### **Tratamento de dados pessoais**

1. No caso de o Prestador de Serviços necessitar de aceder a dados pessoais no decurso da execução do contrato, deve fazê-lo exclusivamente na medida do estritamente necessário para integral e adequada prossecução dos fins constantes do contrato, na qualidade de subcontratante, e por conta e de acordo com as instruções da Tejo Atlântico, nos termos da legislação aplicável à proteção de dados pessoais.
2. O Prestador de Serviços não pode proceder à reprodução, gravação, cópia ou divulgação dos dados pessoais para outros fins que não constem do contrato, ou para proveito próprio.
3. O Prestador de Serviços deve cumprir rigorosamente as instruções da Tejo Atlântico no que diz respeito ao acesso, registo, transmissão ou qualquer outra operação de tratamento de dados pessoais.
4. O Prestador de Serviços deve proceder à implementação de medidas de segurança de tratamento de dados pessoais e adotar medidas técnicas e organizativas para proteger os dados contra destruição accidental ou ilícita, perda accidental, alterações, difusão ou acesso não autorizados, e contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos.
5. O Prestador de Serviços deve tomar as medidas adequadas para assegurar a idoneidade dos seus trabalhadores ou colaboradores, a qualquer título, que tenham acesso aos dados pessoais fornecidos pela Tejo Atlântico, ou por quem atue em representação desta.
6. As medidas a que se refere o número anterior devem garantir um nível de segurança adequado em relação aos riscos que o tratamento de dados apresenta, à natureza dos dados a proteger e aos riscos, de probabilidade e gravidade variável para os direitos e liberdades das pessoas singulares.
7. O Prestador de Serviços deve assegurar que o acesso aos dados pessoais é limitado às pessoas que efetivamente necessitam de aceder aos mesmos para cumprir com as obrigações impostas pelo presente contrato e que os trabalhadores, colaboradores ou subcontratados assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitos a adequadas obrigações legais de confidencialidade, sendo o prestador de serviços responsável pela utilização dos

dados pessoais por parte dos mesmos.

8. Mediante solicitação escrita da Tejo Atlântico, o Prestador de Serviços deve, no prazo de 15 (quinze) dias, informar quais as medidas tomadas para assegurar o cumprimento dos deveres referidos nos números anteriores.
9. O Prestador de Serviços deve comunicar de imediato à Tejo Atlântico quaisquer reclamações ou questões colocadas pelos titulares dos dados pessoais.
10. O Prestador de Serviços encontra-se adstrito a notificar de imediato a Tejo Atlântico de qualquer monitorização, auditoria ou controlo por parte de entidades reguladoras/de supervisão de que seja objeto.
11. Se o Prestador de Serviços tomar conhecimento, ou suspeitar, de violações de dados pessoais que resultem, ou possam resultar, na destruição acidental ou não autorizada de dados, na perda, alteração, acesso ou revelação não autorizada dos dados, deve notificar, por escrito, a Tejo Atlântico disponibilizando-lhe uma descrição da violação de dados ocorrida, informando-a das categorias e número de titulares de dados afetados, das prováveis consequências da violação, assim como fornecer-lhe qualquer outra informação que a Tejo Atlântico possa razoavelmente solicitar.
12. Quando se verifique uma violação de dados pessoais, por causas imputáveis ao Prestador de Serviços, este compromete-se a adotar as seguintes medidas, sem quaisquer custos adicionais para a Tejo Atlântico:
  - a) Tomar de imediato as medidas necessárias para investigar a violação ocorrida, identificar e prevenir a repetição dessa violação, e encetar esforços razoáveis para mitigar os efeitos dessa violação;
  - b) Desenvolver as ações necessárias para remediar a violação;
  - c) Documentar todas as circunstâncias referentes à violação para efeitos de controlo por parte da autoridade de supervisão.
13. O Prestador de Serviços obriga-se a ressarcir a Tejo Atlântico por todos os prejuízos em que esta venha a incorrer em virtude da utilização ilegal e/ou ilícita de dados pessoais, nomeadamente por indemnizações e despesas em que tenha incorrido na sequência de reclamações ou processos propostos pelos titulares dos dados, bem como por taxas, coimas e multas que tenha de pagar.

14. O incumprimento dos deveres estabelecidos na presente cláusula por parte do Prestador de Serviços e a verificação de inexistência de garantias de *compliance* do Prestador de Serviços é fundamento de resolução do presente contrato com justa causa pela Tejo Atlântico, podendo implicar o dever de indemnização, por eventuais violações que lhe sejam imputadas.

#### **Cláusula 12.<sup>a</sup>**

##### **Conservação de dados pessoais**

1. O Prestador de Serviços deve apagar e destruir os dados pessoais tratados quando os mesmos deixarem de ser necessários para a execução do contrato, e sempre em prazo não superior a um ano após a cessação do contrato que esteve na base da licitude do seu tratamento e de acordo com as instruções dadas pela Tejo Atlântico.
2. Dependendo da opção da Tejo Atlântico, o Prestador de Serviços apagará ou devolverá todos os dados pessoais, depois de concluída a execução do Contrato, apagando as cópias existentes, a menos que a conservação dos dados seja exigida ao abrigo da legislação aplicável.

#### **Cláusula 13.<sup>a</sup>**

##### **Transferência de dados pessoais**

O Prestador de Serviços não pode transferir quaisquer dados pessoais para outra entidade, independentemente da sua localização, salvo autorização prévia e escrita da Tejo Atlântico, exceto se o Prestador de Serviços for obrigado a fazê-lo pela legislação aplicável, ficando obrigado a informar, nesse caso, a Tejo Atlântico antes de proceder a essa transferência.

## **SECÇÃO II**

### **OBRIGAÇÕES DA TEJO ATLÂNTICO**

#### **Cláusula 14.<sup>a</sup>**

##### **Preço base e Preço contratual**

1. O preço contratual não pode ser superior a 19.000,00 € (*dezanove mil euros*).
2. Pela prestação dos serviços objeto do contrato, bem como pelo cumprimento das demais obrigações constantes do presente Caderno de Encargos, a Tejo Atlântico deve pagar ao Prestador de Serviços, o preço constante na proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

3. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída à Tejo Atlântico, nomeadamente despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais, bem como quaisquer outros encargos no âmbito da prestação de serviços ou decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

### **Cláusula 15.<sup>a</sup>**

#### **Condições de pagamento**

1. O preço a que se refere o n.º 1 da cláusula anterior será pago nos seguintes termos:
- a) Pagamento de 50% (*cinquenta por cento*) do preço contratual, com o termo da execução das tarefas da fase 1 de execução dos serviços, nomeadamente com a entrega do relatório final mencionado na alínea a) do n.º 1 da cláusula 6.<sup>a</sup> do presente caderno de encargos e respetiva aprovação nos termos do n.º 6 da cláusula 7.<sup>a</sup> do presente caderno de encargos.
  - b) Pagamento de 25% (*vinte e cinco por cento*) do preço contratual, com o termo da execução das tarefas da fase 2 de execução dos serviços, nomeadamente com a entrega do relatório final mencionado na alínea b) do n.º 1 da cláusula 6.<sup>a</sup> do presente caderno de encargos e respetiva aprovação nos termos do n.º 6 da cláusula 7.<sup>a</sup> do presente caderno de encargos.
  - c) Pagamento de 25% (*vinte e cinco por cento*) do preço contratual, com o termo da execução das tarefas da fase 3 de execução dos serviços, nomeadamente com a entrega do relatório final mencionado na alínea c) do n.º 1 da cláusula 6.<sup>a</sup> do presente caderno de encargos e respetiva aprovação nos termos do n.º 6 da cláusula 7.<sup>a</sup> do presente caderno de encargos.
2. As quantias devidas pela Tejo Atlântico, nos termos da cláusula anterior, devem ser pagas no prazo de 30 (*trinta*) dias após a receção pela mesma das respetivas faturas, que só podem ser emitidas após vencimento da obrigação respetiva.
3. Em caso de discordância por parte da Tejo Atlântico quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao Prestador de Serviços, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

4. A falta de pagamento dos valores contestados pela Tejo Atlântico não vence juros de mora nem justifica a suspensão das obrigações contratuais do Prestador de Serviços, devendo, no entanto, a Tejo Atlântico proceder ao pagamento da importância não contestada.
5. Desde que devidamente emitidas e observado o disposto nos números anteriores, as faturas são pagas através de transferência bancária, para a instituição de crédito indicada pelo Prestador de Serviços.
6. No caso de suspensão da execução do contrato e independentemente da causa da suspensão, os pagamentos ao Prestador de Serviços serão automaticamente suspensos por igual período.

## **Cláusula 16.<sup>a</sup>**

### **Faturação**

1. As faturas a apresentar pelo Prestador de Serviços à Tejo Atlântico, emitidas em formato eletrónico (EDI) em observância com o disposto no artigo 299.º-B do CCP, devem conter os elementos necessários a uma completa, clara e adequada compreensão dos valores faturados, os quais devem ser apresentados de forma desagregada.
2. A faturação deve obedecer às seguintes condições:
  - a) Só podem ser emitidas nos termos do n.º 1 da cláusula anterior;
  - b) Identificação do serviço prestado e local;
  - c) Identificar o número da nota de encomenda emitida pela Tejo Atlântico;
  - d) Preço unitário e global;
  - e) Indicar o IVA à Taxa legal aplicável.
3. A Tejo Atlântico aderiu ao Portal da FE-AP para a receção de documentos em formato eletrónico (EDI), sistema suportado pela empresa eSPap – Entidade de Serviços Partilhados da Administração Pública, I.P.
4. Para informação sobre a adesão ao referido portal deverá o Prestador de Serviços consultar a informação disponível em: <https://www.aguasdotejoatlantico.adp.pt/content/faturacao-eletronica>.
5. Em caso de incumprimento da periodicidade da faturação, definida na cláusula anterior, resultante de facto não imputável à Tejo Atlântico, não acrescem quaisquer juros de mora.
6. A emissão de segundas vias das faturas solicitadas pela Tejo Atlântico não será objeto de qualquer cobrança adicional.

---

## SECÇÃO III

### ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DA EXECUÇÃO DO CONTRATO

#### Cláusula 17.<sup>a</sup>

##### **Acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato**

1. A execução do contrato é permanentemente acompanhada pelo gestor do contrato designado pela Tejo Atlântico:
  - Gestor do contrato: Ana Pimentel
  - Morada: Fábrica da Água de Alcântara – Avenida de Ceuta, 1300-254 Lisboa
  - Telefone n.º +351 213 107 900
  - Correio eletrónico [geral.adta@adp.pt](mailto:geral.adta@adp.pt)
2. No exercício das suas funções, o gestor pode acompanhar, examinar e verificar, presencialmente, a execução do contrato pelo Prestador de Serviços.
3. Caso o gestor do contrato detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, determina ao Prestador de Serviços, em relatório fundamentado, as medidas que, em cada caso, se revelem adequadas à correção dos mesmos.
4. O gestor de contrato pode suspender os serviços sempre que verifique que não estão a ser realizados segundo as especificações técnicas do **Anexo I** ao presente Caderno de Encargos.
5. O gestor de contrato pode suspender os serviços sempre que verifique que não estão a ser cumpridos os procedimentos de segurança em vigor, não podendo o prestador de serviços invocar a suspensão e /ou condicionamento dos mesmos para evitar a aplicação das sanções previstas na cláusula 19.<sup>a</sup> do presente Caderno de Encargos.
6. O desempenho das funções de acompanhamento e fiscalização do modo de execução do contrato não exime o Prestador de Serviços da responsabilidade por qualquer incumprimento ou cumprimento defeituoso das suas obrigações.

## CAPÍTULO III

### MODIFICAÇÃO, INCUMPRIMENTO E EXTINÇÃO DO CONTRATO

#### Cláusula 18.<sup>a</sup>

##### **Subcontratação e cessão da posição contratual do Prestador de serviços**

1. Além das situações previstas nas alíneas a) do n.º I do artigo 318.º do CCP, o Prestador de Serviços poderá ceder a sua posição contratual, na fase de execução do contrato, mediante autorização da Tejo Atlântico.

2. Para efeitos da autorização a que se refere o número anterior, o Prestador de Serviços deve apresentar uma proposta fundamentada e instruída com os documentos previstos no n.º 2 do artigo 318.º do CCP.
3. A Tejo Atlântico deve pronunciar-se sobre a proposta do Prestador de Serviços no prazo de 15 (quinze) dias a contar da respetiva apresentação, desde que regularmente instruída, considerando-se o referido pedido rejeitado se, no termo desse prazo, o mesmo não se pronunciar expressamente.
4. A subcontratação pelo Prestador de Serviços depende de autorização da Tejo Atlântico, nos termos do CCP.

### **Cláusula 19.<sup>a</sup>**

#### **Sanções Contratuais**

1. Sem prejuízo de outras previstas no CCP, pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Tejo Atlântico pode exigir do Prestador de Serviços, o pagamento de sanções contratuais, de montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:
  - a) Por cada dia de atraso em relação ao prazo de execução de cada uma das fases, fixados na cláusula 6.<sup>a</sup>, haverá lugar à aplicação da sanção contratual até 100,00 € (*cem euros*) diários;
  - b) Por cada dia de atraso em relação ao prazo definido na alínea na alínea h) do n.º 1 da cláusula 4.<sup>a</sup>, haverá lugar à aplicação da sanção contratual até 100,00€ (*cem euros*) por cada dia de atraso.
2. O valor acumulado das sanções contratuais a aplicar não pode exceder o limite máximo de 20% (*vinete por cento*) do preço contratual.
3. Nos casos em que seja atingido o limite de 20% (*vinete por cento*) e a Tejo Atlântico decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30% (*trinta por cento*).
4. A Tejo Atlântico pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as sanções contratuais devidas nos termos da presente cláusula.
5. As sanções contratuais previstas na presente cláusula não obstam a que a Tejo Atlântico exija uma indemnização pelo dano excedente.

---

## Cláusula 20.ª

### Força maior

1. Não podem ser impostas sanções contratuais ao Prestador de Serviços, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior.
2. Para efeitos do contrato, só são consideradas de força maior a as circunstâncias que, cumulativamente e em relação à parte que as invoca:
  - a) Impossibilitem o cumprimento das obrigações emergentes do contrato;
  - b) Sejam alheias à sua vontade;
  - c) Não fossem por elas conhecidas ou previsíveis à data da celebração do contrato; e
  - d) Não lhe seja razoavelmente exigível contornar ou evitar os efeitos produzidos por aquelas circunstâncias.
3. Não constituem força maior, designadamente:
  - a) Circunstâncias que não constituam força maior para os subcontratados do Prestador de Serviços, na parte em que intervenham;
  - b) Greves ou conflitos laborais limitados às sociedades do Prestador de Serviços ou a grupos de sociedades em que este se integre, bem como a sociedades ou grupos de sociedades dos seus subcontratados;
  - c) Determinações governamentais, administrativas, ou judiciais de natureza sancionatória ou de outra forma resultantes do incumprimento pelo prestador de serviços de deveres ou ónus que sobre ele recaiam;
  - d) Manifestações populares devidas ao incumprimento pelo Prestador de Serviços de normas legais;
  - e) Incêndios ou inundações com origem nas instalações do Prestador de Serviços cuja causa, propagação ou proporções se devam a culpa ou negligência sua ou ao incumprimento de normas de segurança;
  - f) Avarias nos sistemas informáticos ou mecânicos do Prestador de Serviços não devidas a sabotagem;
  - g) Eventos que estejam ou devam estar cobertos por seguros.
4. A parte que invocar força maior deve comunicar e justificar à outra parte, logo após a sua ocorrência, bem como informar o prazo previsível para restabelecer o cumprimento das obrigações contratuais.

5. A suspensão, total ou parcial, do cumprimento pelo Prestador de Serviços das suas obrigações contratuais fundada em força maior, por prazo superior a 30 (*trinta*) dias, autoriza a Tejo Atlântico a resolver o contrato ao abrigo do n.º I do artigo 335º do CCP, não tendo o Prestador de Serviços direito a qualquer indemnização.

## **Cláusula 21.ª**

### **Resolução do contrato por parte da Tejo Atlântico**

1. Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos no CCP e neste Caderno de Encargos, a Tejo Atlântico pode resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o Prestador de Serviços violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem e, em particular, se as sanções contratuais aplicadas nos termos da cláusula 19.ª atingirem 20% (*vinte por cento*) do valor do contrato.
2. O direito de resolução previsto no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao Prestador de Serviços e não implica a repetição das prestações já realizadas pelo mesmo, nos termos previstos no presente caderno de encargos, a menos que tal seja expressamente determinado pela Tejo Atlântico.
3. Em caso de resolução do contrato por incumprimento do Prestador de Serviços pode ser-lhe exigida uma pena pecuniária de até 20% (*vinte por cento*) do preço contratual.
4. Ao valor da pena referida no número anterior são deduzidas as importâncias pagas pelo Prestador de Serviços ao abrigo da cláusula 19.ª relativamente ao objeto do contrato cujo incumprimento tenha determinado a respetiva resolução sancionatória.
5. O disposto no número anterior não prejudica o direito de indemnização nos termos gerais, não obstante a que a Tejo Atlântico exija uma indemnização pelos danos excedentes.

## **Cláusula 22.ª**

### **Resolução do contrato por parte do Prestador de serviços**

1. O Prestador de Serviços pode resolver o contrato com os fundamentos previstos no artigo 332º do CCP.
2. Salvo na situação prevista na alínea c) do n.º I do artigo 332º do CCP, o direito de resolução é exercido por via judicial.
3. A resolução do contrato pelo Prestador de Serviços não determina a repetição das prestações já realizadas, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.

---

### **Cláusula 23.<sup>a</sup>**

#### **Caução**

Nos termos da alínea a) do n.º 2 do artigo 88.º do CCP, não é exigida caução ao prestador de serviços.

### **Cláusula 24.<sup>a</sup>**

#### **Seguros**

1. É da responsabilidade do prestador de serviços a cobertura, através de contrato de seguro, dos seguintes riscos, sem prejuízo de outros que sejam obrigatórios por lei:
  - a) Responsabilidade Civil, que garanta a cobertura dos riscos e danos direta ou indiretamente emergentes da sua atuação;
  - b) Acidentes de Trabalho, por parte dos membros da equipa designada;
  - c) Seguro automóvel, por parte de toda a frota automóvel a alocar à prestação de serviços, bem como dos seus subcontratados.
2. A Tejo Atlântico pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, devendo o Prestador de Serviços prestá-la no prazo de 5 (*cinco*) dias.

## **CAPÍTULO IV**

### **DISPOSIÇÕES FINAIS**

### **Cláusula 25.<sup>a</sup>**

#### **Deveres de informação**

1. Cada uma das partes deve informar sem demora a outra de quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e possam afetar os respetivos interesses na execução do contrato, de acordo com a boa-fé.
2. Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.
3. No prazo de 15 (*quinze*) dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deverá informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do contrato.

---

## **Cláusula 26.<sup>a</sup>**

### **Comunicações**

1. Salvo quando o contrário resulte do contrato, quaisquer comunicações relativas à execução do contrato devem ser efetuadas através de carta registada, com aviso de receção, ou por correio eletrónico, entre o Gestor designado pela Tejo Atlântico, conforme identificado na cláusula 17.<sup>a</sup>, e o Prestador de Serviços para os contatos identificados em declaração do adjudicatário nos termos do **Anexo VII ao Convite**.
2. Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte, no prazo de 15 (quinze) dias.
3. Qualquer comunicação feita por carta registada é considerada recebida na data em que for assinado o aviso de receção ou, na falta dessa assinatura, na data indicada pelos serviços postais.
4. Qualquer comunicação feita por correio eletrónico é considerada recebida na data constante do respetivo recibo de receção e leitura remetido pelo recetor ao emissor.

## **Cláusula 27.<sup>a</sup>**

### **Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo de Círculo de Lisboa, com renúncia expressa a qualquer outro.

## **Cláusula 28.<sup>a</sup>**

### **Direito aplicável e natureza do contrato**

O contrato rege-se pelo direito português e tem natureza administrativa.

## **Cláusula 29.<sup>a</sup>**

### **Contagem dos prazos**

Os prazos previstos no presente caderno de encargos são contínuos, correndo em sábados, domingos e dias feriados, aplicando-se à contagem dos prazos as demais regras constantes do artigo 471.º do CCP.

### **Junta:**

### **Anexo I – Requisitos Técnicos da prestação de Serviço**

## ANEXO I

### REQUISITOS TÉCNICOS DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

#### I – Locais de realização da prestação de serviços

- Fábrica de Água de Alverca, sita na Estrada da OGMA 2615-173 Alverca do Ribatejo
- Fábrica de Água da Charneca, sita no Arelho 2510-193 Óbidos
- Fábrica de Água de Vila Franca de Xira, sita na Rua Anúncio 2600-020 Vila Franca de Xira

#### II - Trabalhos a realizar no âmbito da prestação de serviços

##### a) Fábrica de Água de Alverca

A FA Alverca apresenta um sistema de desodorização por lavagem química, com duas torres de enchimento com uma lavagem ácida e lavagem oxidante/alcalina respetivamente, e dois ventiladores para extração do ar viciado do edifício da obra de entrada, das zonas do tratamento de lamas, da câmara de elevação inicial e das zonas de desarenamento e desengorduramento. Atualmente, a FA de Alverca não tem em funcionamento a etapa de desodorização do ar por não ter as condições necessárias e apenas efetua a extração do ar dos edifícios em questão, contudo neste estudo pretende-se avaliar o estado de condição deste sistema de forma a permitir a desodorização do ar.

Os trabalhos a serem realizados na FA de Alverca deverão ser os seguintes:

##### i. Sistemas de Extração e Insuflação

- Dimensionamento do sistema de extração e insuflação de ar (com base no número mínimo de renovações). Este dimensionamento contempla o dimensionamento das tubagens de extração e implantação das mesmas (incluindo grelhas, registos, instrumentação e acessórios necessários para uma adequação operação e funcionamento otimizado do sistema).

##### ii. Sistemas de Desodorização

- Inspeção ao estado funcional do sistema de desodorização por lavagem química, de forma a avaliar a eventual substituição do meio de enchimento, quebra-gotas, sprinklers, bombas de recirculação/dosagem de reagentes deste sistema;
- Definição de medidas de benfeitoria.

##### iii. Elaboração de relatório final com medidas corretivas e melhorias dos sistemas, contemplando:

- Memória descritiva da beneficiação e ampliação da rede de ventilação existente com posicionamento das tubagens, indicação dos DN's, comprimentos dos troços, registos, grelhas, descrição dos pontos de compensação/insuflação de ar, bem como as medidas de benfeitoria definidas para o sistema de desodorização.

### **b) Fábrica de Água da Charneca**

A FA de Charneca apresenta um sistema de desodorização biológica, com uma coluna de lavagem do ar e um tanque com meio filtrante composto por pedra vulcânica e capas de cortiça de pinho. O ar é extraído do edifício da obra de entrada e desidratado de lamas mediante um ventilador centrífugo. Atualmente todo o sistema de ventilação e desodorização está fora de serviço contudo verificam-se concentrações perigosas de H<sub>2</sub>S dentro do edifício. Adicionalmente a cobertura do edifício está muito degradada e está em curso o projeto civil de reabilitação do mesmo, que preconiza a separação do edifício em 3 salas (desidratação de lamas, compressores de ar e obra de entrada), o que implicará a substituição/remodelação da rede de extração de ar.

A FA de Charneca encontra-se isolada de zonas habitacionais e não apresenta queixas de maus odores na sua envolvente, como tal os trabalhos a serem realizados na FA Charneca deverão ter em conta as condições atuais da instalação, bem como a futura reabilitação do edifício, garantindo a segurança dos trabalhadores dentro do edifício. Preconiza-se:

#### i. Sistemas de Extração e Insuflação

- Dimensionamento do novo sistema de extração e insuflação de ar (com base no número mínimo de renovações). Este dimensionamento contempla o dimensionamento das tubagens de extração e implantação das mesmas (incluindo grelhas, registos, instrumentação e acessórios necessários para uma adequação operação e funcionamento otimizado do sistema).

#### ii. Elaboração de relatório final com medidas corretivas e melhorias do sistema, contemplando:

- Memória descritiva de implantação da nova rede de ventilação com posicionamento das tubagens, indicação dos DN's, comprimentos dos troços, registos, grelhas, descrição dos pontos de compensação/insuflação de ar;
- Estudo de substituição do sistema de extração (ventiladores centrífugos), tendo em conta apenas a necessidade de renovação do ar viciado do edifício. Deverá ser avaliada a hipótese de ventilação forçada apenas com ventiladores de parede sem recurso a ventilador centrífugo.

### c) Fábrica de Água de Vila Franca de Xira

A FA de Vila Franca de Xira apresenta um sistema de desodorização por lavagem química, com duas torres de enchimento com uma lavagem ácida e lavagem oxidante/alcalina respetivamente, e dois ventiladores para extração do ar viciado do edifício da obra de entrada, do edifício do tratamento de lamas e da sala de desarenamento e desengorduramento. Atualmente, a FA de Vila Franca de Xira não tem em funcionamento a etapa de desodorização do ar por degradação dos equipamentos e apenas efetua a extração do ar dos edifícios em questão através dos dois ventiladores centrífugos.

O estudo e projeto da reabilitação da etapa de desodorização já está em curso, sendo que na presente prestação de serviços os trabalhos a serem realizados na FA de Vila Franca de Xira deverão ser os seguintes:

- i. Elaboração de relatório final de medidas corretivas e melhorias do sistema de extração
  - Memória descritiva de implantação da rede de ventilação com posicionamento das tubagens, indicação dos DN's, comprimentos dos troços, registos, grelhas, descrição dos pontos de compensação/insuflação de ar. Esta memória descritiva terá subjacente o dimensionamento do novo sistema de extração e insuflação de ar (com base no número mínimo de renovações). Este dimensionamento contempla o dimensionamento das tubagens de extração e implantação das mesmas (incluindo grelhas, registos, instrumentação e acessórios necessários para uma adequada operação e funcionamento otimizado do sistema).

Em todos os estudos a executar devem ser asseguradas as especificações técnicas abaixo descritas.

### III - Especificações Técnicas

#### Rede de extração

Dentro dos edifícios, deverão existir aspirações localizadas junto a cada operação unitária de tratamento e contentores de subprodutos, sendo igualmente previsto um varrimento adequado da atmosfera interior, com insuflação forçada de ar junto ao teto do edifício e aspiração junto ao piso (para facilitar a aspiração do H<sub>2</sub>S), ao longo da parede oposta.

A rede de ventilação deverá ser concebida de forma a poder ser adequadamente equilibrada, devendo ser constituída por:

- Um coletor principal que liga aos ventiladores, o qual não será dotado de grelhas de aspiração nem registo;

- Troços de aspiração geral dos vários locais, providos de registos antes da ligação ao coletor principal;
- e dotados de grelhas de aspiração;
- Troços de aspiração localizada, individualizados, dotados de registo e que ligarão aos troços de aspiração geral.

De uma forma geral, todos os pontos de aspiração localizados deverão possuir registos de regulação e seccionamento do caudal de ar aspirado. Deverão igualmente existir os necessários registos em cada troço de aspiração geral, de modo a ser possível regular os caudais extraídos de cada local e equilibrar a rede.

As condutas de ventilação serão em aço inox AISI 316 ou em materiais plásticos adequados, tais como PVC, PP (Polipropileno) ou PRFV (Poliéster Reforçado a Fibra de Vidro).

O dimensionamento das condutas deverá ser baseado no método misto velocidade constante e perda de carga baixa. Todas as curvas serão projetadas com um raio interior igual ou superior a 1,5 DN.

Serão adotadas grelhas em PVC, ou material equivalente, para montagem nas bocas de extração e de insuflação de ar. A disposição das grelhas de insuflação e extração deverá ser alternada, de forma a evitar curto-circuitos.

A configuração dos vários troços constituintes da rede de ventilação deverá prever um mínimo de inclinação para possibilitar a condução de condensados para os vários pontos baixos, nos quais existirão picagens equipadas com válvula de macho esférico manual de 1/4". Em alternativa, a saída pode ser livre, desde que previsto um selo hidráulico para evitar saída de odores. Os condensados serão conduzidos para o circuito de retornos da ETAR.

### Ventilação

Deverá prever-se um ventilador provido de caixa acústica para encapsular o ventilador, de modo a atenuar o ruído. Ventilador com caixa acústica deverá ser instalado numa sala própria para minimizar a emissão de ruído para o exterior. Os ventiladores deverão ser do tipo centrífugo, de acoplamento direto (sem correias de transmissão), equipados com variação de frequência, construção integral em materiais resistentes ao gás.

Nas ligações das condutas aos ventiladores serão previstas juntas anti-vibração.

Caso se verifique a necessidade de ventiladores de parede, estes deverão ser constituídos por um conjunto motor-impulsor montado no interior de um painel próprio para ser fixado a uma

abertura numa parede do edifício. O impulsor será do tipo axial e será diretamente acionado por um motor elétrico. O ventilador ficará montado de forma a efetuar as renovações por insuflação ou extração de ar do interior das instalações.

### **Critérios de dimensionamento**

No que diz respeito ao dimensionamento de acordo com o número de renovações devem ser tidas em conta os valores do seguinte quadro. As necessidades de ventilação de cada local serão estabelecidas de forma a garantir o cumprimento destes requisitos, sendo que, para a ventilação geral dos edifícios, o caudal a ventilar será o que permita um mínimo de 10 renovações por hora nas zonas visitáveis, e 8 nas zonas não visitáveis. Em termos de volumetria do tanque de lamas espessadas e do silo de lamas desidratadas, deve considerar-se que os mesmos se encontram vazios.

<b>Zona na ETAR</b>	<b>Número de renovações (h<sup>-1</sup>)</b>
Poço de elevação <sup>[1]</sup>	15-25
Obra de Entrada <sup>[1]</sup>	12-20
Tratamento da fase líquida <sup>[2]</sup>	15
Decantadores primários (com cobertura) <sup>[1]</sup>	12-15
Decantadores secundários (com cobertura) <sup>[1]</sup>	12-15
Tratamento de lamas <sup>[3]</sup>	6-12*
Espessador gravítico <sup>[1]</sup>	12-20
Espessamento mecânico <sup>[1]</sup>	12-15
Desidratação mecânica <sup>[1]</sup>	12-15
Sala de controlo da digestão anaeróbia <sup>[1]</sup>	12-20
*humidade relativa ≤ 60%	
[1] (NBP, 2005); [2] (WEF/ ASCE, 1995); [3] (USEPA, 1985)	

O dimensionamento das condutas deverá ser baseado no método misto velocidade constante e perda de carga baixa, e sempre de forma a garantir, ao longo do percurso, velocidades de passagem inferiores a:

- 5 m/s .....  $100 \leq \varnothing_{\text{tubagem}} \leq 200 \text{ mm}$ ;
- 8 m/s .....  $200 < \varnothing_{\text{tubagem}} \leq 500 \text{ mm}$ ;
- 12 m/s .....  $\varnothing_{\text{tubagem}} > 500 \text{ mm}$ .

Não serão utilizadas tubagens de diâmetro inferior a 100 mm.

As grelhas de insuflação serão dimensionadas de modo a garantir uma velocidade de passagem não superior a 4 m/s.

Os ventiladores deverão ter capacidade de debitar os caudais determinados, a uma pressão definida pelo fabricante do equipamento de desodorização, acrescida das perdas de carga calculadas no circuito de tubagens.

Os sistemas de desodorização garantirão à saída, no mínimo, as concentrações não superiores às indicadas no quadro infra:

Parâmetro	Unid.	V.L.E
Sulfureto de Hidrogénio	mgH <sub>2</sub> S/Nm <sup>3</sup>	0,1
Amoníaco	mg N/Nm <sup>3</sup>	1,0
Metimercaptanos	mgS/ Nm <sup>3</sup>	0,07